



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5108, DE 2020

Regulamenta o art. 170, VIII, da Constituição, instituindo o Sistema de Metas de Emprego para redução de tributos visando à queda do desemprego.

**AUTORIA:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



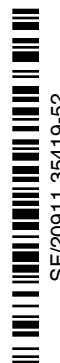
[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Regulamenta o art. 170, VIII, da Constituição, instituindo o Sistema de Metas de Emprego para redução de tributos visando à queda do desemprego.



SF/20911.35419-52

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema de Metas de Emprego, tendo como diretrizes constitucionais:

I - o princípio da busca do pleno emprego, previsto no inciso VIII do art. 170 da Constituição;

II - o objetivo fundamental da República de erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

*Parágrafo único.* O Sistema de Metas de Emprego constitui em regra de redução de tributos federais nas Unidades da Federação em que a taxa de desemprego estiver acima do limite fixado.

**Art. 2º** Para fins do parágrafo único do art. 1º desta Lei, fica fixado:

I - o limite de 14% (quatorze por cento) para a taxa de desemprego;

II - meta de emprego equivalente ao saldo entre o limite de que trata o inciso I do *caput* deste artigo e a unidade.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

*Parágrafo único.* A taxa de desemprego é a taxa de ocupação anualizada calculada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cada Unidade da Federação, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

**Art. 3º** Empresas instituídas após a publicação desta Lei em Unidades da Federação com taxa de desemprego acima do limite ficam isentas de recolher tributos federais, pelo seu primeiro ano fiscal.

**Art. 4º** Qualquer empresa sediada nas Unidades da Federação com taxa de desemprego acima do limite fica isenta de recolher os seguintes tributos incidentes sobre o emprego, por quanto perdurar a taxa excedente:

I - contribuição previdenciária prevista no inciso I do *caput* do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II - salário-educação previsto no inciso I do *caput* do art. 3º do Decreto nº 87.043, de 22 de março de 1982; e

III - contribuição social destinada ao:

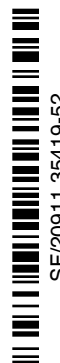
a) Serviço Social da Indústria - Sesi, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946;

b) Serviço Social do Comércio - Sesc, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946;

c) Serviço Social do Transporte - Sest, de que trata o art. 7º da Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993;

d) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, de que trata o art. 4º do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942;

e) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, de que trata o art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946;



SF/20911.35419-52



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

f) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat, de que trata o art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993;

g) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, de que trata o § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990;

h) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970;

i) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, de que trata o art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991; e

j) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, de que trata o art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001.

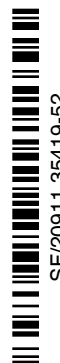
*Parágrafo único.* O Ministério da Economia poderá dispor sobre tratamento favorecido transitório, quanto à tributação referida neste artigo, caso a taxa de desemprego caia abaixo do limite estabelecido, permitida a fixação de sub-limites.

**Art. 5º** O Ministro da Economia comparecerá semestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal para apresentar a evolução da taxa de desemprego das diferentes regiões do País e as medidas adotadas pelo Poder Executivo para a sua redução, especialmente nas regiões onde ela for maior.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Reduzir impostos é urgente e necessário. O Brasil já chegou a esta crise da covid-19 com taxas de desemprego inaceitáveis em algumas regiões do País. É claro, porém, que não podemos nos esquecer do imperativo



SF/20911.35419-52



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

da responsabilidade fiscal. Por isso, proponho um sistema focalizado de redução de impostos, totalmente vinculado à temática do emprego.

Nossa Constituição não ambicionou pouco quando o assunto é emprego. Há inclusive um princípio expresso para orientar a ordem econômica: o da busca do pleno emprego, que agora regulamentamos.

Em nossa proposta, fica criado o Sistema de Metas de Emprego. Se a condução da nossa política econômica tem metas para a inflação, para a taxa de juros (Selic), para o déficit primário e para o gasto, é apenas natural que tenha também uma meta para o emprego.

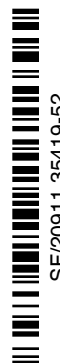
No Sistema, a meta é que cada Estado não tenha uma taxa de desemprego abaixo de 14% – limite fixado inicialmente. Nos Estados em que a taxa de desemprego estiver alta, passa a haver uma política favorecida no tocante aos tributos federais, principalmente para novas empresas e principalmente para as contribuições recolhidas sobre os salários.

Ora, que sentido faz que a União exija pesados tributos sobre o emprego nas regiões onde o desemprego está alto? Esta tributação deve ser recolhida apenas onde o desemprego é baixo, sob risco de prejudicar demasiadamente a demanda por contratações.

Nosso País é incrivelmente amplo e diverso. Mesmo durante a pandemia, muitos Estados estiveram com desemprego abaixo de 10%, e até abaixo de 7%. Outros, principalmente no Nordeste, sofrem com desemprego de quase 20%. É irracional tributar o emprego da mesma forma entre eles.

Nossa medida é prudente: não se trata de uma desoneração por prazo indeterminado. Mas tão somente de um empurrão, que vai ajudar a formalização de negócios e empregos, que, no futuro, arrecadarão mais para a União. Empresas que não nascem jamais vão recolher tributos.

Vale ressaltar que a tributação diferenciada por razão estrutural do mercado de trabalho é expressamente prevista em nossa Carta Magna.



SF/20911.35419-52



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

O desemprego penaliza demais a Amazônia e o Semiárido. Cabe a esta Casa da Federação liderar esta mudança. Nossa proposta é inclusive respaldada pela academia. O prestigioso periódico *American Economic Review* publicou em 2019 estudo de pesquisadores da Universidade de Berkeley exatamente mostrando a efetividade, para a queda do desemprego, da redução de tributos em áreas geograficamente deprimidas<sup>1</sup>.

Por fim, o Sistema de Metas de Emprego prevê também um acompanhamento por parte da nossa Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ela receberá semestralmente o Ministro da Economia para dispor sobre a evolução da taxa de desemprego, a divergência entre as regiões e as medidas tomadas pela Administração.

Ciente da importância desta medida para a Federação, peço o apoio dos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ANGELO CORONEL

---

<sup>1</sup> <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/aer.20171937>



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - inciso VIII do artigo 170
- Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942 - DEL-4048-1942-01-22 - 4048/42  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1942;4048>
  - artigo 4º
- Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de Janeiro de 1946 - DEL-8621-1946-01-10 - 8621/46  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946;8621>
  - artigo 4º
- Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de Junho de 1946 - DEL-9403-1946-06-25 - 9403/46  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946;9403>
  - artigo 3º
- Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de Setembro de 1946 - DEL-9853-1946-09-13 - 9853/46  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946;9853>
  - artigo 3º
- Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de Dezembro de 1970 - DEL-1146-1970-12-31 - 1146/70  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1970;1146>
  - artigo 1º
- Decreto nº 87.043, de 22 de Março de 1982 - DEC-87043-1982-03-22 - 87043/82  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1982;87043>
  - inciso I do artigo 3º
- Lei nº 8.029, de 12 de Abril de 1990 - LEI-8029-1990-04-12 - 8029/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8029>
  - parágrafo 3º do artigo 8º
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
  - inciso I do artigo 22
- Lei nº 8.315, de 23 de Dezembro de 1991 - LEI-8315-1991-12-23 - 8315/91  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8315>
  - artigo 3º
- Lei nº 8.706, de 14 de Setembro de 1993 - LEI-8706-1993-09-14 - 8706/93  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8706>
  - artigo 7º
- Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2168-40-2001-08-24 - 2168-40/01  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2168-40>
  - artigo 10